

## Fórum Lafayette: 35 anos de história

Publicação da Secretaria do Tribunal  
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH – SETEMBRO – 2015  
ANO 23 – NÚMERO 208

Palco de decisões que afetam diretamente a vida de milhares de pessoas, o edifício do Fórum Lafayette acaba de completar 35 anos. Nesse tempo, tornou-se um espaço emblemático na capital mineira. Lá circulam, diariamente, mais de 15 mil pessoas – um público maior que o de muitas cidades em Minas. Parte da história da Justiça mineira e da vida de sujeitos anônimos é construída ali, nas diversas salas de audiência das varas cíveis e criminais, no salão do Tribunal do Júri, nos gabinetes. Conheça um pouco dessa história.

Páginas 4 e 7

# Espaço da Justiça

Espaço de encontro e desencontros, o edifício do Fórum Lafayette, na capital mineira, acaba de completar 35 anos. Ao longo dessas três décadas e meia, seu salão do júri abrigou casos de grande repercussão na sociedade e também foi testemunha da decisão sobre o destino de milhares de réus anônimos. Em suas salas de audiência e gabinetes, conflitos das mais diversas naturezas foram expostos, e uma ideia de justiça foi feita pelas mãos dos magistrados que por ali passaram e dos que hoje atuam no edifício.

Emblemático para a Justiça mineira, o Edifício Governador Milton Campos abriga 76 das 100 varas belo-horizontinas, além de serviços auxiliares, como o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) e as audiências de custódia. Diariamente, mais de 15 mil pessoas circulam pelo espaço. A matéria de capa desta edição conta um pouco da história do Fórum Lafayette, mostrando alguns personagens que fizeram ou fazem parte dessa trajetória.

Em meio às comemorações do aniversário, está prevista a realização da mostra "Talento Forense Especial", em torno do tema "Edifício Milton Campos – 35 anos do Fórum Lafayette". A exposição, que será realizada de 7 de outubro a 5 de novembro, irá reunir fotografias que remetem à história do fórum. Uma das matérias desta edição fala sobre a iniciativa.

Outra matéria deste informativo tem como foco a Lei 9.099/1995, que criou os Juizados Especiais no Brasil. A legislação, considerada um marco para a Justiça no País, completa 20 anos neste mês de setembro. Em meio às comemorações da data, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) realiza mutirões nos Juizados Especiais e intervenções em comarcas, entre outras iniciativas.

Veja ainda, nesta edição, entrevista com a juíza auxiliar da Presidência Lilian Maciel Santos sobre o projeto de gravação das audiências criminais e sua indexação para consultas futuras. A iniciativa contribuirá para a otimização

e a dinamização das audiências, com reflexos na celeridade processual. Veja também, neste número, entrevista com a pesquisadora e doutora em serviço social Izabel Solyszko Gomes, sobre violência, diferença de gêneros e judicialização.

O informativo traz também matéria sobre um programa na rádio comunitária Liberdade FM, em Barroso, na região Central do estado. Veiculado semanalmente, o programa esclarece dúvidas da comunidade sobre diversos temas ligados à Justiça. A iniciativa é voltada para o exercício da cidadania e tem grande alcance social, servindo para aproximar o Judiciário local da sociedade.

Na página de Cultura, confira foto da coluna Clique do Leitor e resenha do juiz Magid Nauef Lauer sobre o filme *Zorba, o Grego*, dirigido por Michael Cacoyannis. A película será exibida em sessão do Cineclub TJ, em 24 de setembro, às 19h, no auditório do anexo 2 da Unidade Goiás (rua Goiás, 253), na capital.

Boa leitura!

## Tribunal de Justiça de Minas Gerais

### Presidente:

Desembargador Pedro Bitencourt Marcondes

### 1º Vice-Presidente:

Desembargador Fernando Caldeira Brant

### 2º Vice-Presidente:

Desembargador Kildare Carvalho

### 3º Vice-Presidente:

Desembargador Wander Marotta

### Corregedor-Geral:

Desembargador Antônio Sérvulo

### Ouvidor

Desembargador Moacyr Lobato

### Expediente

#### Assessora de Comunicação

Institucional:

Letícia Lima

#### Gerente de Imprensa:

Daniela Lima

#### Coordenador de Imprensa:

Raul Machado

#### Editores:

Daniele Hostalácio e Lucas Loyola

#### Revisor:

Patrícia Limongi

#### Design Gráfico:

Narla Prudêncio

#### Fotolito e Impressão:

Globalprint Editora Gráfica Ltda

#### Ascom TJMG:

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro,

Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: imprensa@tjmg.jus.br

#### Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

#### Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

#### Tiragem:

3 mil exemplares

#### Portal TJMG:

www.tjmg.jus.br

# PJe

## Expansão 2015

Divinópolis e Montes Claros já estão integradas ao Processo Judicial eletrônico (PJe-CNJ 1ª Instância) desde o último dia 31 de agosto. As próximas comarcas a contar com o processo eletrônico serão Pouso Alegre, Poços de Caldas e Varginha, a partir de 28 de setembro.

O juiz diretor da Comarca de Montes Claros, Richardson Xavier Brant, tem destacado, em entrevistas dadas a órgãos de imprensa da região, que o processo eletrônico, além de reduzir o tempo para a tramitação dos processos e economizar bens materiais, possui uma plataforma de comunicabilidade entre os magistrados que vai facilitar a cooperação entre eles. "Não é necessário um descolamento para a outra comarca, basta ter uma senha de acesso ao sistema", observa.

A escritã da 4ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte, Flávia Wanderley, comenta que o PJe não tem mais apresentado interrupções no processamento de informações, o que o tornava lento em determinados momentos. A servidora aponta outro aspecto positivo do processo eletrônico: apesar de o acervo em papel ainda ser grande, a redução dos volumes já contribui para minimizar um dos problemas do prédio que abriga as varas da fazenda pública estadual, que é o peso em suas estruturas.

# Lei dos Juizados Especiais: 20 anos de um marco na Justiça brasileira

Daniele Hostalácio

Um divisor de águas na história da Justiça brasileira. Assim é reconhecida a Lei 9.099/1995, que criou os Juizados Especiais no Brasil. A legislação, à qual se atribui o mérito de ter democratizado e desburocratizado o acesso ao Judiciário, aproximando-o dos cidadãos, completa 20 anos neste mês de setembro. Em meio às comemorações das duas décadas de seu surgimento, uma série de reflexões sobre os Juizados Especiais toma conta dos tribunais de justiça brasileiros. A ideia é revitalizar essa Justiça especial, reforçando os valores que a sustentam.

Os Juizados Especiais nasceram em resposta à Constituição de 1988, que determinou aos Estados e à União a criação de uma Justiça Especial. O desembargador aposentado e ex-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) José Fernandes Filho, um dos idealizadores da Lei 9.099/1995, lembrou em palestra, ainda na instalação dos Juizados Especiais no Distrito Federal, que a proliferação dessas unidades em todo o País foi resultado, sobretudo, do esforço do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

Foi em 1996 que os primeiros Juizados Especiais efetivamente surgiram.

Ao todo, existem hoje em Minas Gerais 94 unidades, onde atuam 160 juízes – 16 dessas unidades encontram-se na capital, com 41 juízes em atuação. Dados dos relatórios anuais de movimentação processual do TJMG, de 1997 a 2014, indicam que os Juizados Especiais em Minas julgaram mais de 9 milhões de casos no período. Apenas em 2014, foram quase 700 mil casos julgados por meio da Justiça especial.

“Os Juizados Especiais representaram um marco para o Judiciário do País. Eles reforçaram, no âmbito da Justiça brasileira, a possibilidade da solução de conflitos não apenas pela via litigiosa, mas também, e principalmente, por meio do acordo. Nesse sentido, eles têm exercido papel fundamental na construção de uma sociedade mais harmoniosa”, destaca o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, que preside o Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais.

## Exercício da cidadania

Para o juiz Marcelo Fioravante, coordenador dos Juizados Especiais da comarca de Belo Horizonte, a Justiça especial representou também um

marco para o exercício da cidadania no Brasil. “Foi o primeiro passo no sentido de aproximar, efetivamente, a Justiça da população. Os Juizados Especiais representam o que há de mais moderno em termos de legislação processual, pois ampliaram o acesso à Justiça através de um procedimento singelo que enfatiza a informalidade, a simplicidade, a oralidade e a efetividade da tutela jurisdicional”, ressaltou.

De acordo com o magistrado, com os Juizados Especiais, “dispensou-se a necessidade de assistência de um advogado para ações de até 20 salários mínimos, foram limitadas as hipóteses recursais, as sentenças ganharam executoriedade imediata, independentemente da interposição de recursos, proibiu-se a intervenção de terceiros. Assim, a Lei 9.099 representou um avanço nunca experimentado na legislação processual, e os resultados demonstram que esse modelo tem sido bastante exitoso”, afirmou.

Aderindo às celebrações em torno dos 20 anos da lei, o TJMG criou um projeto para a realização de mutirões de prolação de sentenças nos Juizados Especiais de algumas comarcas e intervenções localizadas – uma série

de ações concentradas em comarcas mineiras com expressivo represamento de processos de competência dos Juizados Especiais. De 31 de agosto a 11 deste mês, estão recebendo a intervenção localizada, em datas variadas, as comarcas de Montes Claros, Betim, Contagem, Pirapora, Curvelo e São João del-Rei.

Na avaliação de Marcelo Fioravante, o maior desafio a ser enfrentado pelos Juizados Especiais em Minas, nos próximos anos, é o de se reestruturar para fazer frente à crescente demanda. “Por isso, o TJMG tem priorizado projetos relevantes, voltados para o incremento da eficiência, como a implementação dos juízes leigos, a ampliação do processo eletrônico, a implementação da conciliação dos Juizados Especiais fazendários, o estímulo à conciliação pré-processual, a instituição do sistema audiovisual de gravação de audiências, o monitoramento dos grandes demandados e das ações repetitivas”, conta.

O objetivo da série de iniciativas, de acordo com o magistrado, é um só: permitir que os Juizados Especiais continuem usufruindo da posição de destaque e do alto grau de confiabilidade que possuem junto à população brasileira.



Renata Caldeira

■ Em 2014, foram quase 700 mil casos julgados por meio da Justiça especial em Minas



# Sete faces de sete lustros: o múltiplo Fórum Lafayette



Manuela Ribeiro

Embora a Justiça de Primeira Instância se espalhe pela capital, o Edifício Governador Milton Campos pode ser considerado o coração desse sistema: lá se encontram 76 das 100 varas belo-horizontinas, de competência criminal e cível, sendo algumas especializadas, como as do Tribunal do Júri e as varas agrária, empresarial, de família, de registros públicos e de sucessões e ausências. Há, além disso, serviços auxiliares, como o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) e as audiências de custódia.

A heterogênea comunidade do fórum compõe-se de todas as faixas etárias, gêneros, segmentos e classes sociais. Milhares de pessoas circulam diariamente nos longos corredores do prédio idealizado em 1973 pelo arquiteto Roberto Pinto Manata, que ainda projetou, com José Carlos Laender de Castro, o Fórum Abelardo Penna, em Uberlândia. O trabalho não é pouco: no primeiro semestre de 2015, distribuíram-se 144.537 ações, e outras 124.410 foram julgadas; o acervo de feitos ativos, em junho, chegava a 941.133 processos.

Mas existem outras formas de interação com a comunidade. O Espaço Cultural Fórum Lafayette, inaugurado em dezembro de 2004, promoveu em média 11 eventos por ano. No total, foram 122, entre os quais mais de 50 exposições de arte, 55 espetáculos cênicos ou musicais, exhibições de filmes e outras programações, abertas ao público externo.

O prédio abrigou histórias dramáticas. Para cá rumou o movimento dos sem-terra (MST). Em 1999, jornais noticiavam ameaças do traficante Roni Peixoto ao juiz Eli Lucas de Mendonça, da Vara de Tóxicos. Aqui ocorreram os julgamentos do caso Míriam Brandão (1992), da manicure que envenenou uma menina de dez anos (2002), do assassino do promotor de justiça Francisco José Lins do Rego Santos (2003), da vendedora que atirou um bebê na Lagoa da Pampulha (2007), do chamado “Maníaco de Contagem” (2010). Em 2013, um jovem que saía de uma audiência foi assassinado na portaria da Avenida Augusto de Lima. Em 2014, certa “Ana” pôs uma faixa, perto da entrada da Rua Paracatu, pedindo perdão a um “Thiago” e garantindo que terminaria o noivado para ficar com ele.

## Uma escola de administração

Áurea Maria Brasil Santos Perez, a primeira mulher a dirigir o Foro de Belo Horizonte, de 2002 a 2003, considera a tarefa “dinâmica, diversificada e desafiadora”, pois a formação acadêmica em direito geralmente não prepara o estudante para a área administrativa. A desembargadora ressalta, no período, a implantação da Central de Conciliação. “Inicialmente, o projeto abrangia só varas de família. Os resultados foram tão positivos que, posteriormente, isso foi estendido para outros feitos que versassem sobre direitos passíveis de transigir e ampliado para todo o estado. Hoje, o setor integra o Cejus”, explica.

A magistrada afirma que, durante a faculdade, nem sonhava em tornar-se juíza na capital. “Estagiei em áreas diversas e, após a graduação, cursei o mestrado em direito civil pela UFMG. Ingressei no TJMG como pesquisadora judiciária em 1990. Dois anos depois, assumi o cargo de assessor judiciário, o qual, aliando pesquisa, estudos e o auxílio na elaboração dos julgados, despertou meu interesse e grande paixão pela função jurisdicional”, conta.

■ O Fórum Lafayette ocupa uma área de 48 mil m<sup>2</sup> no coração da capital mineira. Por ali circulam, diariamente, mais de 15 mil pessoas

Um aprendizado reluz na experiência: a importância de ouvir colegas, servidores, órgãos que colaboram com o Judiciário, como o Ministério Público, a OAB, a Defensoria e o público. “Antes de tomar atitudes que interfiram em outras esferas, os problemas devem ser debatidos; e as soluções, buscadas conjuntamente. Além de procurar entender e dominar as questões inerentes à função administrativa, o meu norte na gestão sempre foi atuar com humildade e educação no trato com as pessoas.”

## Histórias, memórias

No fórum, Olinto Ferreira de Paiva, gerente da Central de Mandados (Geman), recorda situações inusitadas, como quando uma mulher, tentando impedi-lo de prender o marido, dispôs-se a ir junto. O oficial, sem titubear, levou-os para a delegacia num camburão. Um dia, após tentativas frustradas de intimar um homem, tocou a campanha às 4 da manhã e o encontrou, mas, em obediência ao horário legal, teve de aguardar até as 6h para cumprir sua função. Enquanto esperava, tomou café com o dono da casa. Ele narra, ainda, outra ocasião, em que fez o papel antipático de acabar com uma festa infantil ao recolher o aparelho de som.

Oriundos de uma família de doze filhos, os oficiais de justiça Márcio e Marcos Ferreira de Araújo, gêmeos idênticos, são reconhecidos na região onde trabalham. Aos 62 anos, eles dividem a rotina, que, embora os agrade, de vez em quando se mostra estressante. “Um bate na porta e o outro dá cobertura, pois nem sempre somos bem recebidos. Às vezes, abrem com revólver na mão. Alguns fazem ameaças, se recusam a entregar

o que viemos apreender. Indo cada dia em um carro, combinamos as rotas e economizamos”, contam os irmãos, que partilham também o gosto pela cantoria ao som da viola caipira.

Márcio, que se formou em direito, foi o primeiro a entrar na equipe, em 1997. Marcos veio mais tarde, em 2005, depois de trajetória na iniciativa

”

## O aniversário de 35 anos do Fórum Lafayette coincide com melhorias nos serviços e o compromisso renovado de abrigar o ideal de justiça

“

privada. Para eles, a profissão possui momentos emocionantes e difíceis. “Vemos muita mentira. Os homens são mais agressivos; as mulheres choram. Mas procuramos descrever a situação para o juiz, conversamos antes com as pessoas, damos orientações, principalmente em casos de interdição, tutela e curatela”, afirma Márcio.

O trabalho desnuda um pouco da natureza humana: “É incrível como a bebida muda o indivíduo. Por isso, fins de semana são complicados”, comenta Marcos, mencionando que, ao chegar,



Renata Calderia

■ Para a desembargadora Áurea Brasil, o fórum dispõe de “excelentes recursos humanos e boa estrutura material”

não raro vê gente fugindo e até pulando muros. O serventário comenta ainda que, como interage o dia inteiro com moradores por vezes mal-educados e amedrontados, não deixa de se sentir comovido pelo contraste quando, ao fim de uma jornada extenuante, alguém lhe oferece um copo de água ou suco.

## Novidades

O atual diretor do foro, juiz Cássio Azevedo Fontenelle, aponta sua relação afetiva com a casa. “Lembro-me de acompanhar meu pai, advogado, quando ele vinha aqui”, declara. Tendo iniciado seu mandato em julho de 2014, o magistrado salienta que, assim como muitas de suas realizações concluem iniciativas de seus antecessores, propostas começadas por ele só se concretizarão daqui a alguns anos.

Conhecido pela objetividade e pelo senso prático, Fontenelle expõe alguns dos focos de sua gestão: implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe), execução de sentenças cíveis, reengenharia predial, adoção de sistemas informatizados que aperfeiçoem atividades cotidianas, apoio às varas, aumento da segurança, eliminação de autos do arquivo conforme tabela de temporalidade, entre outros.

Para comemorar o aniversário, a Direção do Foro prepara ainda, para este mês, a inauguração de diversos serviços: área destinada especialmente para carga e descarga, transferência do setor de transportes para dentro do prédio, novas salas para o Cejus e para os oficiais de justiça, brinquedoteca no térreo, reformas no saguão com readequação do protocolo e Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC).

Marcelo Albert



■ Diretor do foro da capital, o juiz Cássio Fontenelle diz ter uma relação afetiva com a casa

Você sabia? Tanto Milton Campos como Augusto de Lima, que, respectivamente, dão nome ao prédio e à avenida em que o fórum está situado, ocuparam o cargo de governadores do estado, além de terem sido jornalistas, professores e advogados.

Arquivo Ascom



Arquivo Ascom



Arquivo Ascom

■ O edifício foi projetado pelo arquiteto Roberto Pinto Manata; no detalhe, as escadarias que levam ao salão do Tribunal do Júri

■ No salão do Tribunal do Júri aconteceram julgamentos de grande repercussão na sociedade

Rodrigo Carvalho



■ Naturais de Corinto/MG, Márcio e Marcos distribuem mandados na região oeste de Belo Horizonte

### O Fórum Lafayette em números:

- Juízes: 140 (82 titulares e 58 auxiliares)
- Servidores: 1.420, dos quais 408 são oficiais de justiça
- Estagiários: 534
- Terceirizados: 454
- Área: 48 mil m<sup>2</sup>

# Projeto pretende acelerar as pautas de audiências criminais

Rodrigo Vileça



A juíza Lilian Maciel coordena o projeto de gravação de audiências criminais

Vanderleia Rosa

*Lilian Maciel Santos, de Juiz de Fora, é professora de processo civil e juíza de direito há 18 anos, já tendo atuado como promotora de justiça e servidora do Tribunal Regional do Trabalho (TRT - 3ª Região). Atuou nas comarcas de Sabinópolis, São João Evangelista, Alto Rio Doce, Timóteo, Brasília de Minas, Ponte Nova e Belo Horizonte, onde é titular da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias. Foi juíza do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MG) e exerceu, entre outras atividades, a função de juíza corregedora. Atualmente, como juíza auxiliar da Presidência do TJMG, está à frente do projeto de gravação de audiências criminais, tema desta entrevista.*

## **TJMG Informativo – Em que consiste o projeto de gravação de audiências criminais?**

O projeto permite a gravação das audiências – oitivas de testemunhas e partes – e sua indexação para consultas futuras. O sistema é composto por câmeras, microfone e um *software* que grava e gerencia os arquivos. Esse projeto atende a uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e vai permitir ao Poder Judiciário cumprir sua missão constitucional de entregar uma prestação jurisdicional no tempo adequado.

## **Quais são os benefícios dessa iniciativa para o Judiciário, os advogados e as partes?**

O projeto visa acelerar as pautas de audiências, principalmente na área criminal, onde o volume desses atos é muito grande. Atualmente, os juízes se veem obrigados a marcar audiências para o ano subsequente àquele em curso, por absoluta falta de tempo para realizá-las num prazo razoável, já que são normalmente audiências longas, com muitas testemunhas e muitos réus. Com o projeto, simplifica-se o procedimento e abrevia-se o tempo das audiências, que podem ser

designadas para uma data mais próxima e em maior número por dia. Ganham os operadores do direito e ganha a sociedade com uma rápida solução dos processos. Gostaria de registrar ainda que, no sistema de gravação utilizado pelo Tribunal de Justiça, todos os depoimentos são indexados de forma a facilitar a localização de quem se quer ouvir, do trecho ou fala a que se deseja assistir e assim por diante, facilitando o trabalho da instância revisora.

## **Atualmente, as audiências criminais são digitadas. Com o novo projeto, esse mecanismo será abolido gradativamente?**

Primeiramente, verificamos, por meio de pesquisa, quais juízes teriam interesse no uso da ferramenta, já que não é obrigatório o uso do sistema audiovisual. Em

seguida, adquirimos cerca de 30 kits de gravação de audiências e elaboramos um cronograma para a implementação do sistema e a capacitação imediata dos usuários na capital e na Região Metropolitana. Já a segunda fase do projeto consistirá na expansão para todos aqueles que queiram usar a ferramenta, ocasião em que iniciaremos o processo licitatório.

”  
**Com o projeto, simplifica-se o procedimento e abrevia-se o tempo das audiências**

“

## **Quais unidades jurisdicionais serão contempladas inicialmente? Como será a expansão do projeto?**

O programa foi concebido com foco nas varas criminais, que, sabidamente, são aquelas que realizam o maior volume de audiências. O sistema já foi implementado, com sucesso, nas varas de tóxicos e nas unidades dos Juizados Especiais de Belo Horizonte, totalizando 18 varas, e prossegue até finalizarmos a implantação nos 30 primeiros beneficiados pelo projeto.



■ A escritã Valéria Maia e o contador Ismar Carvalho conversam com o jornalista Rhonan Neto durante o programa, que vai ao ar pela rádio Liberdade FM

## Programa de rádio em Barroso aproxima a Justiça da comunidade

Francis Rose

Um programa na rádio comunitária Liberdade FM, em Barroso, na região Central de Minas Gerais, tem aproximado o Judiciário local da sociedade. Semanalmente, às sextas-feiras, durante meia hora, a programação jornalística da emissora abre espaço para esclarecer dúvidas da comunidade sobre diversos temas ligados à Justiça. Servidores, a juíza Valéria Possa Dornellas e, eventualmente, um representante do Ministério Público se revezam na produção do programa *Momento do Judiciário*, comandado pelo jornalista Rhonan Moreira Neto. A atração está no ar há mais de dez anos.

“O Judiciário está mais próximo da comunidade. Com isso, as pessoas sentem mais liberdade para lidar com questões relacionadas à Justiça”, explica a juíza. A magistrada diz que o programa aborda temas do cotidiano da cidade. Adoção, realização de exposições agropecuárias e eleições estão entre as pautas desenvolvidas. “A comunidade já se acostumou com a iniciativa. Assim, muitos cidadãos vêm ao fórum, querem conhecer quem faz o programa e sugerir temas”, conta a magistrada.

O contador Ismar Luiz de Carvalho, responsável por algumas das produções, diz que reserva parte do tempo para responder perguntas. Em outro bloco, são veiculadas notícias da comarca e da Justiça. “Para finalizar, sempre apresento uma história de vida, que são casos que transmitem ao ouvinte uma mensagem bacana, de superação ou para reflexão”, afirma. O contador explica que o programa é normalmente feito ao vivo.

“Quando começamos, há mais de dez anos, a comarca era recente. Hoje ela tem 13 anos. Então, as pessoas tinham muitas dúvidas sobre o funcionamento da Justiça. Passamos a trazer esclarecimentos sobre a área e, hoje, as pessoas afirmam sentir falta do programa, que só é veiculado uma vez por semana. Muitos nos param na rua para conversar”, conta Ismar. As informações levadas ao ar tratam de casos genéricos. Os esclarecimentos também não são técnicos. “É um programa voltado para o exercício da cidadania, que dá orientações. Queremos acabar com a ideia de que o Judiciário está distante. Não temos, contudo, o objetivo de substituir o papel do advogado. Pelo contrário, sempre orientamos as pessoas a procurar ajuda profissional nos casos que enfrentam”, diz.

### Interesses

A escritã Valéria Pedrosa Maia e Silva, também responsável pela produção de alguns programas, conta que é comum eleger um tema que será abordado em mais de um programa. “Procuramos identificar os interesses da comunidade e trabalhar em cima deles. O retorno é muito bom. Eu fico impressionada com o alcance que o programa tem”, diz. É comum que a discussão de um tema acabe por trazer questões relacionadas, que dão origem a outro programa. “Por exemplo, abordamos a questão do som alto em veículos, que evoluiu para uma discussão sobre ba-

ruído na vizinhança. Por fim, as pessoas queriam saber sobre a criação de porcos na área urbana, coisa comum no interior, e sobre o seu impacto no entorno”, conta a escritã.

Para Valéria Pedrosa, um dos benefícios do programa na rádio local foi a popularidade alcançada pelo Judiciário.

”

**O Momento do Judiciário é um programa voltado para o exercício da cidadania**

“

“Estamos contribuindo para afastar a ideia de que o Judiciário está longe. Por isso, muitas pessoas mandam cartas e perguntas”, diz.

O jornalista Rhonan Moreira Neto, âncora e diretor do Departamento de Jornalismo da Liberdade FM, explica que a comunidade interage bastante durante a veiculação do programa, enviando suas dúvidas ao vivo. “Procuramos abordar os assuntos de acordo com o que está acontecendo na cidade.” Rhonan diz que o *Momento do Judiciário* explica os trâmites da Justiça, procurando mostrar ao cidadão que as soluções não são imediatas. “Essa é uma iniciativa fundamental, que deveria ser estendida a outras comarcas. Como fazemos uma abordagem de utilidade pública, fica fácil para a comunidade entender o assunto que está sendo abordado.”

## Na luta contra a desigualdade de gênero

Lígia Tolentino

*Feminista, assistente social e doutora em serviço social pela UFRJ, a pesquisadora Izabel Solyszko Gomes tem dedicado sua vida acadêmica a investigar a questão da violência doméstica. Pós-doutoranda em gênero e desenvolvimento pela Universidade de Los Andes (Colômbia) e professora da Universidade Externado de Colombia, Izabel Solyszko fala, nesta entrevista, sobre violência, feminicídio, diferença de gêneros e judicialização.*

### **TJMG Informativo – Você acredita que a violência contra a mulher resulta de uma diferenciação na percepção de valor entre os gêneros?**

Certamente a violência contra a mulher tem como base a desigualdade de gênero, mas não só, ela se sustenta num conjunto de desigualdades sociais – de raça, de classe – que possibilita que as mulheres sejam desvalorizadas, discriminadas, violadas em seus direitos humanos e em muitos casos vistas como não sujeito ou como um sujeito de menor valor. No caso da violência doméstica, muitas vezes a mulher é vista como alguém menos capaz, sem possibilidade de decidir, de tomar decisões, e é nesse contexto que ela é agredida.

### **É possível concluir que o feminicídio, em certa medida, resulta do machismo?**

O feminicídio é a expressão máxima do machismo; mas, ainda mais, ele é a expressão letal, mais cruel e mais dramática de um sistema de dominação e opressão, como descrevia a socióloga Helleieth Saffioti, que é o patriarcado. No patriarcado, o limite da violência contra as mulheres é o feminicídio, a expressão de que podemos ser eliminadas, exterminadas e violadas no próprio direito de viver quando ousamos sair das expectativas de gênero para nós determinadas.

### **Seria então o feminismo um modo de combater o feminicídio?**

O feminismo é um movimento social e político, hoje também podemos falar de um feminismo teórico, de uma epistemologia feminista que produz conhecimento a partir da experiência das mulheres, e há que se falar em feminismos, porque o movimento é plural e diverso. Estou convencida de que seus princípios e objetivos certamente contribuem para a erradicação do feminicídio, já que os feminismos propõem a construção de uma outra sociedade, sem desigualdade de gênero, onde as pessoas sejam consideradas iguais em valor e capacidades e possam viver livremente sem qualquer tipo de violência. Nesse sentido,

acredito que a proposta do feminismo é eficaz para construir uma realidade onde não haja feminicídios, contudo não é uma tarefa fácil, pois estamos falando da eliminação de sistemas de opressão muito antigos, cujas estruturas sociais são fortíssimas. Desmontar práticas cotidianas que desconsideram o outro em seu valor de pessoa humana é um desafio ainda a ser conquistado.

### **Por que algumas mulheres ainda silenciam diante de situações de violência?**

São numerosos os motivos, acredito que os principais sejam o medo e a vergonha. O medo porque várias pesquisas já mostraram que o rompimento de uma relação violenta, especialmente uma relação afetiva, é um momento de risco para a vida da mulher, é nesse momento em que acontecem muitos feminicídios. Além do medo de uma situação fatal, ainda podemos pensar no receio, no incômodo e na insegurança de tudo que ela terá que enfrentar: perseguição, ameaças, que muitas vezes não se referem só a um assassinato, mas a uma tentativa de controle dos horários, das companhias, ligações telefônicas para o trabalho, mensagens agressivas pelas redes sociais, enfim, um conjunto de práticas que muitos homens fazem quando o relacionamento termina. A vergonha também é um componente, porque a situação de violência tende a isolar a vítima. Finalmente preciso mencionar que a violência tende a imobilizar a vítima, como ensinou a assistente social e professora Suely Almeida. A vivên-

cia rotineira da violência tende a minar suas capacidades, suas possibilidades de tomar decisão, construir novos projetos. A equação “sofro violência, logo rompo a relação” não é simples, ela está mediada por um conjunto de fatores que precisam ser levados em consideração e, por isso, o apoio da rede social mais próxima – família, amigas – e o apoio profissional são fundamentais.

### **Você percebe avanços no tratamento da questão da violência de gênero no Brasil?**

Os avanços são inegáveis. A construção de políticas públicas no campo do enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres avançou muito, principalmente depois da Lei Maria da Penha: construção de juizados, defensorias e promotorias especializadas, discussão no Judiciário sobre o tema, manutenção dos centros de referência para mulheres. Entretanto, penso que há uma década os esforços foram canalizados para a judicialização dessa violência, e isso me parece fundamental para o contexto de violência que vivenciamos, mas agora precisamos avançar na construção de uma educação e uma mídia não sexistas: reformular os currículos, o material didático, que ainda é extremamente sexista, discutir gênero e diversidade sexual nas escolas e enfrentar o machismo da mídia, que ainda apresenta as mulheres como objeto sexual e mercadoria, ainda apresenta um tipo de mulher hegemônica que não se adapta à realidade das brasileiras. Isso tudo é fundamental.



“A equação ‘sofro violência, logo rompo a relação’ não é simples; ela está mediada por um conjunto de fatores”, observa Izabel Solyszko

# Mostra de fotografia reunirá diferentes olhares sobre o Fórum Lafayette

Daniele Hostalácio

A reação de um réu ao ouvir uma sentença no Tribunal do Júri, que o condenará a anos de vida no cárcere ou o absolverá, conduzindo-o de volta à liberdade. O sobe e desce de dezenas de pessoas pelas escadarias da entrada principal do Edifício Governador Milton Campos. Os servidores atendendo aos cidadãos nas diversas secretarias. O advogado que consola uma parte na porta de uma sala de audiência. Os corredores repletos de gente que foi até ali trazendo no coração uma angústia, diante de um conflito que se impõe. Uma poça de água refletindo no passeio a fachada do edifício de concreto e linhas retas, diante do qual tremulam as bandeiras do Brasil, de Minas e de Belo Horizonte.

São plurais e diversos os olhares que podem captar a vida que pulsa no dia a dia dentro do edifício que abriga o Fórum Lafayette, na capital mineira. Um cotidiano que desenha aos poucos a história do espaço e, sobretudo, delinea uma parte da história do Judiciário mineiro. Principal endereço da Primeira Instância em Belo Horizonte e espaço que, para muitos, simboliza a Justiça em Minas, o fórum irá abrigar uma exposição dedicada exclusivamente a ele. A 1ª Exposição de Fotografias do Fórum Lafayette

será realizada de 7 de outubro a 5 de novembro, na Galeria de Arte, e integra as atividades comemorativas do aniversário de 35 anos do fórum.

A mostra, que integra as atividades do “Talento Forense Especial”, está aberta à participação de magistrados e servidores, da ativa ou aposentados, do interior e da capital, e também aos funcionários terceirizados da ativa que trabalham em Belo Horizonte. De posse de uma máquina fotográfica ou até mesmo de um celular, e de olhos atentos para captar fragmentos e detalhes do que se passa ali, os participantes devem registrar imagens que, para eles, remetam à história do fórum. O tema é “Edifício Milton Campos – 35 anos do Fórum Lafayette”. Se selecionadas, as fotos irão integrar a mostra especial em homenagem ao edifício.

Para participar, os interessados devem entregar as imagens, até o dia 14 deste mês, na Assessoria de Comunicação (Ascom) do Fórum Lafayette (Av. Augusto de Lima, 1.549, Barro Preto). Alguns critérios devem ser respeitados e constam do regulamento da mostra, disponível na Rede TJMG (dentro de Mural > Avisos). Cada participante pode enviar até três obras, que serão selecionadas por uma comissão julgadora. A exposição é uma iniciativa da Ascom e conta com o apoio da Direção do Foro da capital.

”  
Podem participar da mostra magistrados e servidores de todo o estado e também terceirizados que trabalham em Belo Horizonte

“



“Edifício Milton Campos – 35 anos do Fórum Lafayette” é o tema da mostra



A Galeria de Arte do fórum irá abrigar a mostra, que será realizada de 7 de outubro a 5 de novembro

# ZORBA, O GREGO

\* Juiz Magid Nauef Lauer

O filme *Zorba, o Grego* é, antes de tudo, uma homenagem à liberdade! É a tradução poética da simplicidade e da sabedoria de um homem, um rude camponês.

Baseado em livro homônimo de autoria do escritor grego Nikos Kazantzakis, publicado em 1946 na Grécia e em 1952 na versão inglesa, o romance tem como personagem principal um homem chamado Alexis Zorba, que, por sua vez, foi inspirado em um trabalhador de minas: George Zorbas (1867-1942).

Transportado para o cinema (produção greco-americana de 1964), o filme foi dirigido por Michael Cacoyannis. O personagem-título foi interpretado por Anthony Quinn – que não era grego, mas sim irlandês-mexicano. Antonio Rodolfo Quinn Oaxaca era o seu verdadeiro nome.

O filme conta a história de um escritor inglês, Basil (Alan Bates), que herdou do seu pai grego uma mina. Ele conhece um camponês, Zorba, que foi minerador, e é convencido por este a contratá-lo.

O escritor inglês e uma jovem viúva, desejada por muitos homens da aldeia, acabam se apaixonando, porém a timidez daquele dificulta o namoro, e quando este, finalmente, torna-se realidade, acontecimentos trágicos se desenrolam. O projeto de Zorba, referente à mina, também é frustrado, e Basil decide regressar à Inglaterra. Antes, porém, pede que Zorba o ensine a dançar.

A música do filme, *Sirtaki*, de Mikis Theodorakis, tornou-se famosa e popular como canção e dança grega. A famosa cena do Zorba dançando o *Sirtaki*, rodada na praia de Stavros, tornou-se um ícone do cinema.

Assistir ao filme nos conduz a uma deliciosa reflexão sobre a simplicidade de um homem rude, mas possuidor de uma esplendorosa maneira de amar. Por isso o filme é uma grande lição e um convite à sabedoria de viver a vida a cada minuto, retirando a alegria das coisas simples.

O filme recebeu sete indicações ao Oscar e ganhou em três categorias: melhor atriz coadjuvante

para Lila Kedrova, melhor direção de arte para Vassilis Photopoulos e melhor fotografia para Walter Lassaly, além de outros importantes prêmios.

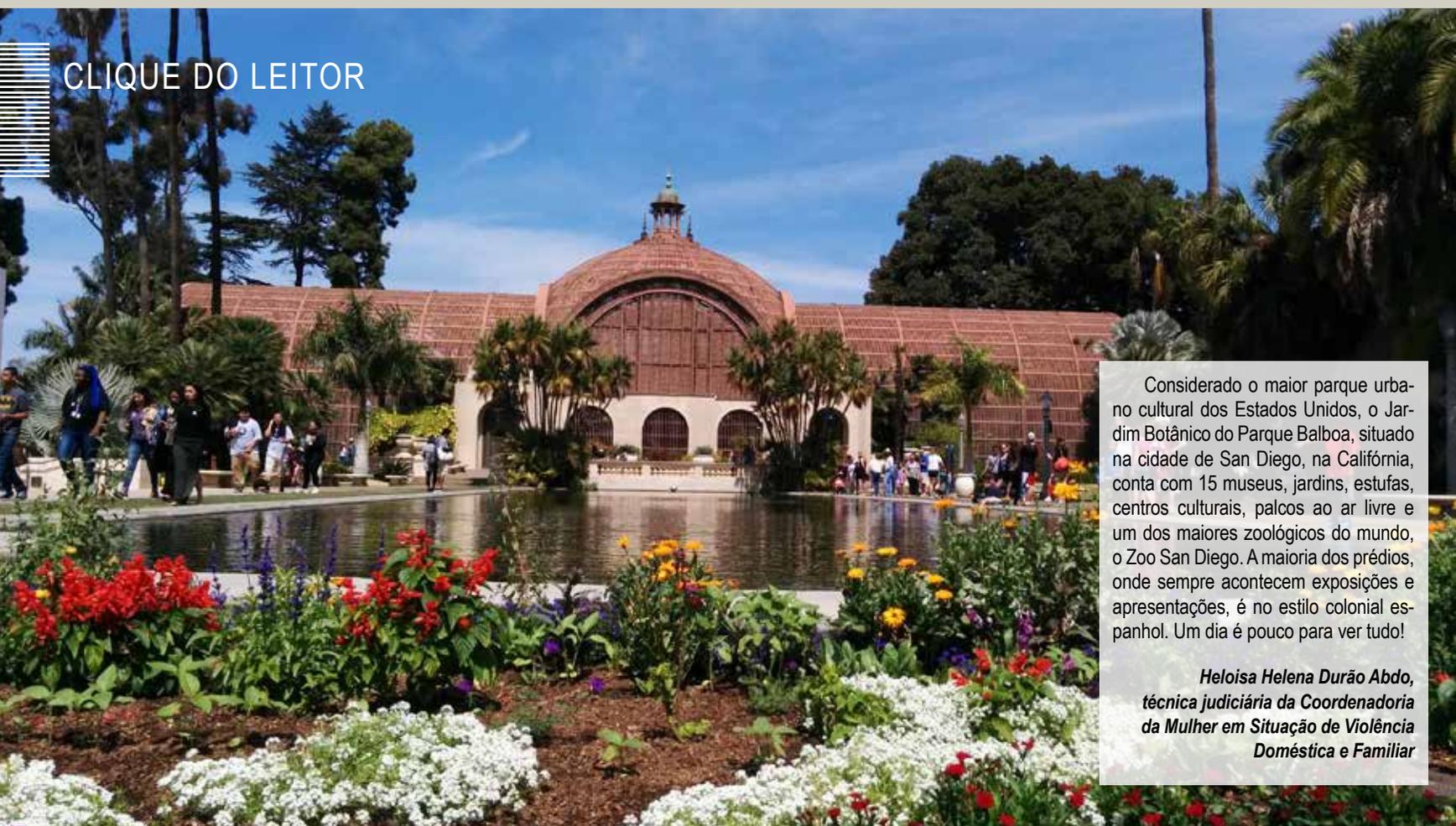


Divulgação

■ A cena do Zorba dançando na praia tornou-se um ícone do cinema

\* Coordenador do Cineclube TJ

## CLIQUE DO LEITOR



Considerado o maior parque urbano cultural dos Estados Unidos, o Jardim Botânico do Parque Balboa, situado na cidade de San Diego, na Califórnia, conta com 15 museus, jardins, estufas, centros culturais, palcos ao ar livre e um dos maiores zoológicos do mundo, o Zoo San Diego. A maioria dos prédios, onde sempre acontecem exposições e apresentações, é no estilo colonial espanhol. Um dia é pouco para ver tudo!

**Heloisa Helena Durão Abdo,**  
técnica judiciária da Coordenadoria  
da Mulher em Situação de Violência  
Doméstica e Familiar

Caso queira participar da coluna Clique do Leitor, envie uma foto de sua autoria, acompanhada de um texto de até dez linhas sobre a imagem, para [imprensa@tjmg.jus.br](mailto:imprensa@tjmg.jus.br). Preencha o assunto com "Clique do Leitor". As melhores fotos serão publicadas neste espaço.